

11 - 2 | 2023

Governance na Fileira Farmacêutica nos Países em Desenvolvimento

Governance in Pharmaceutical Industry in Developing Countries

Ercília Rita Mondlane

Versão eletrónica

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 27-08-2023 Páginas: 15

Editor

Revista UI_IPSantarém

Referência eletrónica

Mondlane, E (2023). *Governance na Fileira Farmacêutica nos Países em Desenvolvimento. Revista da UI_IPSantarém. Edição Temática Unificada*. Número Especial: III Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia. 11(2), 124-138. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v11.i2.32791>

GOVERNANCE NA FILEIRA FARMACÊUTICA NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Governance in Pharmaceutical Industry in Developing Countries

Ercília Rita Mondlane

Instituto Superior de Gestão (ISG), Portugal

erciliaritamondlane@gmail.com | ORCID 0000-0001-7419-7035

RESUMO

A fileira farmacêutica é responsável por processos que envolvem medicamentos e produtos de saúde, insumos considerados essenciais para a sobrevivência humana. Apesar disto, observa-se que os países em desenvolvimento enfrentam desafios concernentes à expansão desta indústria. A *governance* apresenta-se como uma ferramenta que poderá conduzir à melhoria do acesso e à expansão de empresas neste sector.

Este trabalho “*Governance* na Fileira Farmacêutica nos Países em Desenvolvimento” tem por objetivo a análise do papel da *governance* nesta fileira em mercados emergentes. Realizou-se uma revisão sistemática, cuja recolha de informação fora feita nas bases de dados: Scielo, Google Scholar, Scopus e Pubmed. E foi promovida uma entrevista à empresa *Medis Farmacêutica* Moçambique.

Algumas características específicas dos países em desenvolvimento são: o nível de rendimento *per capita*, a pobreza, a corrupção, a falta de quadros especializados, a falta de instituições que assegurem a captação e a retenção de investimentos. De tudo isto resultam os diferentes ritmos de desenvolvimento das empresas e dos países.

Palavras-chave: *Governance*, países em desenvolvimento, indústria farmacêutica, saúde, Moçambique.

ABSTRACT

The pharmaceutical industry is responsible for processes that involve medicines and health products, which are inputs deemed essential for the human survival. Despite this, it is noted that developing countries face challenges pertaining to the expansion of this industry. “*Governance*” presents itself as a tool that can lead to improved access and the expansion of companies in this sector.

This work, entitled “*Governance* in the Pharmaceutical Industry in Developing Countries”, aims to analyse the role of *governance* in the emerging markets in this industry. A systematic revision was carried out and the information was collected through the following database: Scielo, Google Scholar, Scopus and Pubmed. An interview was conducted to *Medis Farmacêutica* Mozambique.

Some of the specific features of development countries are: per capita level of income, poverty, corruption, lack of specialised staff, lack of institutions that assure the attraction and retention of investments. All this result in different speed of development of companies and countries.

Keywords: *Governance*, development countries, pharmaceutical industry, health, Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem da temática proposta “*governance* na fileira farmacêutica nos países em desenvolvimento” tem por objetivo, mapear os principais desafios regulatórios, de gestão e legais associados a estes países em termos de pressões convergentes e divergentes no setor farmacêutico.

Estas tensões poderão incluir (i) pressões regulatórias para licenciamento pré-mercado; (ii) pressões da indústria no que diz respeito à descoberta e fabricação de medicamentos; e (iii) pressões do mercado associadas à oferta, precificação e avaliação de medicamentos.

Não se pode falar sobre a *governance* e destacar o seu papel em determinada área em países em desenvolvimento, sem antes compreender que o mundo é caracterizado por relações que evoluem. Interferindo nas formas de trabalho e conseqüentemente, as formas de administração e de gestão.

Teixeira e Gomes (2019), num trabalho sobre a *governance* pública no Brasil constataram que é consenso que o bom governo se mostra essencial para otimizar o desenvolvimento socioeconómico, político e cultural. Através desta afirmação, é possível também citar um dos princípios de *governance* para o século XXI, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que considera uma boa *governance* o fator mais importante na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento (Teixeira & Gomes, 2019).

Jiang e Kim (2020), analisando a *corporate governance* na China, consideram que “ao contrário dos problemas clássicos de agência vertical nos países ocidentais, o problema de agência dominante na China é o conflito de agência horizontal entre acionistas controladores e minoritários, decorrente da estrutura de propriedade concentrada; assim, não se pode aplicar automaticamente o que se sabe sobre os Estados Unidos da América (EUA) à China” (Jiang & Kim, 2020).

Finalmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera que a *governance* se refere ao exercício da autoridade política e administrativa a todos os níveis para gerir os assuntos de um país. Compreende os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos legais e cumprem suas obrigações (UNESCO, 2020).

A *governance* assenta-se na criação e na manutenção de um ambiente de inclusão, com o intuito de alcançar a equidade, transparência, responsabilidade e participação; aspetos muito importantes para o desenvolvimento da humanidade e também responsáveis por levar os Estados a deixarem de exercer o poder de forma isolada, surgindo assim, atores sociais que buscam dar resposta a problemas crescentes como a falta de recursos (Carrapato et al., 2019; Vym, 2015).

Este artigo possui como objetivo a apresentação do papel da *governance* na fileira farmacêutica nos países em desenvolvimento para tal, buscar-se-á compreender as formas de avaliação da eficácia da *governance* na saúde, a contribuição do setor farmacêutico nos mercados emergentes e os principais desafios da *governance* neste setor e neste grupo de países.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Governance

A questão da *governance* tem sido destaque de diversos debates e muitos estudiosos demonstram através das suas publicações, que o termo remonta à década de 1930 (Teixeira & Gomes, 2019).

Mas, é também possível observar através de outros estudos, que o termo teria ganhado maior visibilidade a partir do início dos anos 1990's (de Graaf & van Asperen, 2018).

Acredita-se que a *governance* teria sido originada desde o momento em que houve a separação da propriedade e da gestão de empreendimentos, pois, foi nesta época em que muitos proprietários passaram a gerir as suas propriedades e investimentos à distância. Existindo assim, a necessidade de passar esta responsabilidade à terceiros, e isso proporcionou o distanciamento entre controlo e propriedade (Teixeira & Gomes, 2019).

Posteriormente, foi possível olhar para a *governance* como um termo que une duas questões. A primeira estaria relacionada às questões políticas governamentais/estaduais e a segunda à uma abordagem gerencial, envolvendo processos de administração, sem estar necessariamente ligada às atividades governamentais (Keping, 2018).

Em 2005, foi feita uma declaração na revista **The Economist**, na qual, o termo “*good governance*”¹ podia ser igualado ao termo “*good-for-economic-development*”² (Graaf & van Asperen, 2018).

O Banco Mundial define *governance* como o “*modo pelo qual o poder é exercido na administração de recursos económicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento*”(Teixeira & Gomes, 2019).

Para a International Federation of Accountants (IFAC), a *governance* diz respeito à “*estrutura (administrativa, política, económica, social, ambiental, legal e outras) que garante que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados*”(Accountants, 2013).

Para a UNESCO, a *governance* poderá ser definida como o exercício da atividade política e administrativa a todos os níveis para a gestão de um país. Compreendendo todos os mecanismos, processos e instituições através das quais, os cidadãos e grupos podem articular os seus interesses, exercer os seus direitos legais, mediar as suas diferenças e cumprir com as suas obrigações (UNESCO, 2020).

2.2. Países em Desenvolvimento

Os países em desenvolvimento apresentam um índice de desenvolvimento humano baixo, consequência de níveis frágeis de *PIB per capita* e de estruturas institucionais fracas. Estes países constituem o grupo com maior amplitude na dispersão geográfica e uma combinação de diferentes estados de desenvolvimento (Zaman et al., 2022).

De acordo com O’Neil (2001), os principais mercados emergentes eram, no início deste século: o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (BRIC)³. Posteriormente, esta classificação foi atualizada e passou a contar com o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e, anos depois, seguiram como segundo nível de nações emergentes o México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia (MIST) (Tannoury & Attieh, 2017).

Duas décadas após a formulação deste cenário, observou-se que o ritmo de desenvolvimento dos cinco países iniciais (os BRIC) foi significativamente diferente.

A Saúde Pública em países em desenvolvimento enfrenta diversos obstáculos relacionados à baixa capacidade dos sistemas de saúde e pela maior parte da população não ter acesso aos serviços essenciais de saúde e não serem cobertos por seguros de saúde. A falta de serviços e protocolos que façam a cobertura de seguros de saúde também pode ser explicada através da classificação

¹ Boa *governance*

² Bom para o desenvolvimento económico

³ BRIC é um acrónimo usado para se referir ao grupo de países que inclui Brasil, Rússia, Índia e China, países que se destacam no cenário mundial como países em desenvolvimento. O acrónimo foi usado pelo economista Jim O’Neil, da Goldman Sachs em um estudo publicado em 2001 e intitulado “*Building Better Global Economic Brics*” (Neill, 2001).

dos mercados de trabalho dos países em desenvolvimento, em que 50% a 90% do emprego consiste em trabalho informal e não regularizado (Loayza & Pennings, 2020).

Questões como a equidade em saúde em países em desenvolvimento já foram desenvolvidas por pesquisadores que procuraram a explicação do processo desigual na melhoria da equidade em saúde, através do estudo de determinantes sociais da saúde e das condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem. E como consequência dessas investigações, orientou-se o foco para a avaliação do impacto de políticas públicas na equidade em saúde e de programas internacionais que visam a melhoria do acesso à saúde através dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** – agenda política para permitir a cobertura universal de saúde e melhorar a saúde da população (Forster et al., 2020).

3 METODOLOGIA

Este estudo enquadra-se nas revisões sistemáticas da literatura, caracterizadas por reunir todas as evidências empíricas que se enquadram em critérios de elegibilidade pré-especificados com o intuito de responder à uma questão de pesquisa específica (Collaboration, 2006; Donato & Donato, 2019).

Foi realizada uma pesquisa sistemática dos conceitos “*Governance*”, “*Pharmaceutical*” “*Health*” e “*Developing Countries*” na literatura validada pela academia. As bases de dados usadas foram: **Google Scholar, Scopus, Scielo** e, por também de tratar de um tema voltado ao setor da saúde, foi também consultada a **Pubmed**, que é uma das maiores bases de dados em saúde.

Foram usados alguns fatores de inclusão (artigos do corpo do trabalho publicados **maioritariamente** nos últimos 10 anos; artigos publicados em inglês, português e espanhol; artigos primários e secundários; resenhas e artigos de opinião; livros; artigos disponíveis em texto completo) e fatores de exclusão (artigos cujo título, resumo e conteúdo não fossem relevantes para o estudo).

A elaboração deste trabalho respeitou também as diretrizes **PRISMA** (principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises), que consistem em uma metodologia usada para eliminar os erros recorrentes de uma revisão e cujo objetivo passa também pela apresentação da elegibilidade e triagem dos artigos usados na revisão (Page et al., 2021; Selcuk, 2019).

4 RESULTADOS

4.1. A Indústria Farmacêutica

O setor da saúde é composto por diferentes áreas de atividade e cada uma delas possui a sua responsabilidade, importância, pertinência e devida urgência no que diz respeito à sua gestão e nível de acessibilidade. A indústria farmacêutica é responsável por processos que envolvem a investigação, descoberta, desenvolvimento e produção de medicamentos e produtos de saúde, seja por organizações públicas ou privadas (Sachy et al., 2018; Tannoury & Attieh, 2017).

Dependendo das políticas internas de cada país, eles podem adotar políticas farmacêuticas que servirão para gerir a atividade. Em muitos países, é notória a preocupação para que os objetivos das políticas farmacêuticas estejam voltadas à garantia do acesso equitativo aos medicamentos, à boa qualidade e ao uso racional dos medicamentos (Esher & Coutinho, 2017).

4.2. Os Medicamentos e a sua Dualidade

Os medicamentos são definidos como *“toda a substância ou associação de substâncias apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos ou dos seus sintomas ou que possa ser utilizada ou administrada no ser humano com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou*

metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas” (Decreto-Lei n.º176 de 30 de Agosto de 2006). Devido a sua importância e por serem considerados insumos essenciais são, em grande parte, alvo de conflitos. Por um lado, os medicamentos são classificados como bens públicos para os quais o direito ao acesso deve ser garantido pelo Estado e, por outro lado, são bens lucrativos e que pertencem à esfera privada.

No que concerne aos medicamentos, à medida em que os mercados emergentes desenvolvem os seus sistemas de saúde, eles estabelecem algumas políticas de contenção de custos para limitar as suas despesas. Exemplos da aplicação destas estratégias são o Vietnã que optou por tornar os medicamentos mais acessíveis para os pacientes poderem pagar pelo seu próprio tratamento. Por outro lado, a China adotou a política de preços unificados para poder reduzir a diferença entre os genéricos locais e as marcas (Tannoury & Attieh, 2017).

4.3. A Influência da Indústria Farmacêutica nos Países em Desenvolvimento

Ao longo dos anos, foi possível observar um crescimento significativo das empresas que compõem a indústria farmacêutica a nível mundial, porém, ainda é possível constatar uma disparidade quando se trata de países em via de desenvolvimento. Nestas economias a evolução alcançada ainda não é capaz de responder à enorme demanda e muitas das vezes a gestão feita não é de inclusão e favorece determinadas esferas geográficas ou grupos económicos, estabelecendo assim, um problema social.

Vários podem ser os critérios descritos para este problema social, dentre os quais podemos destacar: **preços de medicamentos não condizentes com a realidade de muitos países; ineficiências dos governos; a pobreza; a existência de índices de corrupção; fracas infraestruturas de saúde.**

A relação entre os índices de corrupção e a precariedade de muitos sistemas de saúde já foi abordada em alguns estudos que apontam que dois terços dos suprimentos de medicamentos hospitalares são perdidos globalmente por corrupção e fraude. Para além desta problemática, a OMS estima que até 25% de todos os produtos que são consumidos em países em desenvolvimento se encontram abaixo do padrão e são falsificados (Badawi et al., 2015).

Estudos feitos, demonstram que um movimento de migração das farmacêuticas dos mercados desenvolvidos para os emergentes tem vindo a ser estabelecida. Esta migração pode ser justificada pela dimensão populacional, pelo crescimento da prosperidade e também do conseqüente aumento da esperança de vida.

Apesar deste sinal verde, ainda se fazem sentir alguns desafios para a entrada nestes mercados e o principal se prende à necessidade de existir uma adaptação ao nível de desenvolvimento de cada país. Em adição, apresentam-se também três categorias para a descrição desses desafios (Tannoury & Attieh, 2017): **desenvolvimento de infraestrutura; políticas de contenção de custos e avaliação de medicamentos baseada em valor.**

4.4. Governance na Saúde

Consiste em promover e proteger a saúde da população a partir de ações e meios que são organizados para a finalidade. Por sua vez, a implementação da *governance* na saúde passa por utilizar um sistema ao qual determinada sociedade recorre, de forma a que se torne possível gerir e organizar os assuntos de diferentes parceiros e setores, com o intuito de atingir determinados objetivos (Carrapato et al., 2019).

A OMS vai além da definição de *governance* na saúde e sugere a “boa *governance*” como um fator de elevada relevância para a construção da “boa saúde”. Com isto, tornou-se predominante o ditado que diz “**investir na saúde é investir no desenvolvimento**” (Carrapato et al., 2019).

Neste sentido, são propostos alguns princípios de *governance* que podem ser aplicados para a obtenção de uma boa saúde, respectivamente: **visão estratégica; participação e consenso; cumprimento da lei; transparência; recetividade; equidade e inclusão; eficácia e eficiência; prestação de contas; inteligência e informação e monitorização e ética.**

4.5. Corporate Governance (Caso da China)

Num estudo desenvolvido em 2020 sobre a importância da *corporate governance* para o desenvolvimento da China, observou-se que o início da prática da *corporate governance* na China teria sido dado na década de 1990, quando a China lançou o seu mercado de ações e, conseqüentemente, estabeleceu empresas modernas suportadas em regras e transparência (Jiang & Kim, 2020).

Neste estudo, algumas conclusões foram apresentadas como forma de descrever a relação entre a *corporate governance* e o desenvolvimento da China como potência económica, designadamente:

- “A pressão política é tão importante quanto às pressões económicas na formação de sistemas de *corporate governance*”;
- A questão do padrão de acionistas controladores é um fator a ser tido em conta à medida em que grandes empresas terão a tendência de adotar uma forma de *governance* diferente das empresas que não são consideradas as principais para a economia do país;
- O papel que a proteção legal desempenha na *corporate governance* é listado neste estudo como um dos fatores que influenciam a *governance*;
- A mudança do perfil societário das empresas tem colaborado para que o mercado possa ser mais explorado. As empresas têm, cada vez mais, investido na aquisição e fusão com outras empresas nacionais e também estrangeiras.

4.6. Governance Pública (Caso do Brasil)

Um trabalho de revisão sistemática realizado por pesquisadores brasileiros e publicado em 2019, procurou apontar as principais contribuições teóricas da *governance* no setor público, aplicadas ao contexto brasileiro.

Neste estudo, a *governance* foi apontada como sendo essencial para o desempenho e eficiência dos serviços públicos no âmbito do debate sobre o desempenho público e o alcance dos resultados pelos governos na provisão pública à sociedade.

Os seus resultados apontam que a *governance* pública num estado como o brasileiro, só terá impacto se os seus princípios estiverem consagrados na Lei. Por outro lado, o fato de princípios básicos de boa *governance* tais como a transparência e sustentabilidade serem obrigatórios não significa que eles conduzem o comportamento do setor público. É, por isso, necessário que todos os intervenientes do sistema estejam abalizados sobre a importância do cumprimento dos princípios de boa *governance* para que haja um bom alcance dos resultados públicos (Teixeira & Gomes, 2019).

4.7. Alinhamento em Moçambique

Moçambique, país localizado na África Austral, com uma população de cerca de 31 milhões de habitantes (de acordo com as últimas estatísticas feitas em 2020), com um crescimento populacional de 2.9% em relação à década de 2010 e com uma estimativa de vida ao nascimento de 61 anos (de acordo com as informações divulgadas pelo Banco Mundial, através do banco de dados de indicadores de desenvolvimento mundial) (Bank, 2022) apresenta-se como um dos países em desenvolvimento em que a garantia dos cuidados de saúde básicos passa por muitos obstáculos.

A população moçambicana tem passado por diversas crises humanitárias com importantes implicações para a saúde pública nos últimos tempos. Sendo um país com elevado índice de doenças infecciosas, em que as mais significativas: são a tuberculose, a malária e a infeção causada pelo vírus da imunodeficiência humana adquirida (HIV/AIDS) (com uma prevalência que registou um aumento de 11.5% em relação à década passada) (Bank, 2022).

Nos últimos anos, o país enfrentou para além das questões de saúde, diversos desastres naturais e conflitos armados nas províncias do centro e norte do país e, assim como o resto do mundo, teve que lidar com o novo vírus da Covid-19.

Todos estes fatores alinhados à necessidade de deslocação e à falta de meios de subsistência, fizeram transparecer a fragilidade de alguns sistemas do país, incluindo o sistema de saúde que já é considerado frágil e subfinanciado.

4.7.1. Assistência Farmacêutica em Moçambique

Assim como em vários outros países, em Moçambique, a Constituição de 1975 garante que “todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária, nos termos da Lei, bem como o dever de promover e defender a saúde pública”, fazendo assim com que o Estado tenha o dever de garantir o direito à saúde aos cidadãos moçambicanos.

A revisão constitucional de 2004 deixa explícito que “compete ao Estado promover, disciplinar e controlar a produção, comercialização e o uso de produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e outros meios de tratamento e de diagnóstico” (Sachy et al., 2018).

Moçambique tem contado desde os anos 1970 com doações emergenciais de medicamentos, sobretudo, de organizações norte-americanas. A partir dos anos 1980, passou a fazer parte do programa de reabilitação económica do FMI e do BM, através do qual, conseguiu implementar a privatização de empresas nacionais, aumentando a participação privada no setor de serviços e a atuação de Organizações não Governamentais (ONGs) no país (Sachy et al., 2018).

4.7.2. O Impacto das Importadoras e Distribuidores de Medicamentos em Moçambique

O défice de exercício da atividade farmacêutica industrial e, conseqüentemente, a fraca produção local de medicamentos no país, abre espaço para a atuação de outras categorias de empresas que têm como objetivo principal colmatar a deficiência da acessibilidade aos medicamentos e produtos de saúde.

As empresas de importação de medicamentos desempenham um papel crucial no abastecimento das unidades de saúde, não apenas privadas, como também públicas. Essas empresas possuem a sua atividade regulada pela Direção Nacional de Farmácia (DNF), atual Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos (ANARME).

4.7.2.1. O Grupo Azevedos em Moçambique

O Grupo Azevedos está presente através de projetos de desenvolvimento e parcerias em mais de 90 países dos cinco continentes. E encontra-se destacado como operador de referência, através de investimento direto em Moçambique, onde o segmento no qual atua é o da logística e distribuição. O segmento do Grupo presente em Moçambique designa-se por *Medis Farmacêutica* e encontra-se classificada como sendo a maior importadora e distribuidora de medicamentos do país.

A *Medis Farmacêutica* tem como principal missão o desenvolvimento do setor farmacêutico em Moçambique, servir o país com mais e melhor saúde, promovendo a qualidade de vida da população e o desenvolvimento harmonioso no plano social e económico (Azevedos, 2020).

Para um melhor enquadramento da temática em questão, foi realizada uma entrevista à empresa, de modo a compreender a sua forma de atuação e a aplicação dos princípios de *governance* para a obtenção dos seus resultados.

Tabela 1 - Perguntas e Respostas (Entrevista - Medis Farmacêutica)

	Questão de Pesquisa	Resposta
1	Sendo a empresa a maior importadora de medicamentos do país, quais foram os maiores desafios durante o processo de internacionalização para Moçambique?	<p>O Grupo Azevedos foi convidado, no ano de 1996 pelo governo moçambicano para a construção de uma fábrica de medicamentos. Durante esse processo e avaliando o mercado, verificou-se que o mercado farmacêutico possuía um reduzido número de farmácias. Com isso, constatou-se que não existiam condições de mercado suficientes não apenas do ponto de vista de mercado, mas também, do ponto de vista da falta de técnicos especializados, ao nível de energias, de águas e outras. Isso levou com que a estratégia tivesse de ser repensada e sugeriu-se a abertura de uma importadora de medicamentos.</p> <p>Portanto, o grande desafio durante o processo de internacionalização, e que ainda se faz sentir, é a falta de mercado para a absorção deste tipo de produtos. É necessário procurar compreender como adaptar um conjunto de normas de armazenamento e de boa distribuição num mercado tão pequeno e com algumas dificuldades acrescidas na disponibilidade das vias de transporte e garantia absoluta para uma boa conservação dos medicamentos em todo o percurso, reduzindo ao máximo os riscos de saúde que possam surgir.</p>
2	Quais são as principais estratégias para a eficiência da atuação neste mercado?	<p>A principal estratégia se concentra no comprometimento da empresa com a sociedade e com o desenvolvimento do país. É importante “estar” e ter em conta que a empresa precisa almejar um desenvolvimento a longo prazo, gerando riqueza para o país e para a instituição. Os riscos são elevados para que se mantenha uma perspetiva de curto prazo, e com isso, a empresa adotou uma perspetiva de desenvolvimento de mercado, mas, o mercado só se desenvolve com o desenvolvimento do país. É certo que a empresa precisa ser rentável não apenas para sustentar o hoje, mas também para crescer.</p> <p>Por outro lado, o desenvolvimento do país passa também pela abertura de mercado e como prova disso, a empresa adotou e manteve por muito tempo o slogan “<i>disponibilidade e acessibilidade de medicamentos por todo o território</i>”. Ter o medicamento onde ele é preciso, garantindo sempre a autenticidade do mesmo.</p>
3	O sector farmacêutico moçambicano apresenta grandes especificidades? (Levando em consideração as características epidemiológicas da região e as suas necessidades).	<p>Moçambique caracteriza-se por quadros compostos maioritariamente por doenças infecciosas que são específicas de regiões com características semelhantes e que já não se observam em qualquer parte do mundo. Isso não invalida a existência de doenças crónicas, porém, não têm a mesma relevância. Esse é um fator que leva à reduzida esperança de vida.</p>
4	Dentre os princípios da <i>governance</i> (visão estratégica, cumprimento da lei, transparência, eficácia, monitorização e outras), quais as que mais se destacam para o sucesso da empresa e quais os princípios mais desafiadores no mercado moçambicano?	<p>Todos os princípios de <i>governance</i> são extremamente importantes para a atividade da empresa. Certamente que a visão estratégica se incorpora aqui como a principal, pois, é o que também irá garantir a sustentabilidade da empresa.</p> <p>O cumprimento da lei é um princípio que a empresa cumpre com rigor, porém, não se pode excluir a dificuldade existente no que concerne à este aspeto nos mercados subdesenvolvidos, independentemente das áreas.</p>
5	Muitos estudos relatam que a responsabilidade social é parte crucial para a <i>corporate governance</i> . Como explica a prática da responsabilidade social na empresa e como esse fator tem influenciado para os resultados da mesma?	<p>A responsabilidade social de uma empresa vai muito além daquilo que é normalmente cotado. A primeira etapa passa por cumprir com todas as normas, pois, o que está em causa é a saúde.</p> <p>É preciso também observar que os produtos de saúde não podem ser vendidos a qualquer entidade, é essencial que seja um cliente devidamente credenciado pelas entidades.</p> <p>Os colaboradores da instituição são outro veículo através do qual é exercida a responsabilidade social. Através do apoio prestado de diversas maneiras, pois, é indispensável criar um ambiente agradável e motivador, e assim, se consegue um bom resultado para a sociedade.</p> <p>Um exemplo desse apoio pode passar por apoiar a formação dos trabalhadores (a Medis possui 60% de trabalhadores com formação superior, acima da média nacional), proporcionar facilidades de transporte, alimentação, etc.</p> <p>Relativamente à responsabilidade social para instituições externas, a empresa tem protocolos com Faculdades de Farmácia e Medicina e proporciona estágios aos estudantes, tendo sido um dos parceiros para a introdução da Licenciatura em Farmácia numa das instituições do país.</p>

5. Discussão dos Resultados

A *governance* mostra-se ser uma temática de elevada complexidade e cujo conceito e enquadramento podem variar segundo o meio no qual se realiza determinado estudo.

No que diz respeito à saúde, sendo este conceito entendido como um bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, a abordagem da *governance* apresenta alguns desafios inerentes à abrangência do conceito de saúde uma vez que trata de aspetos que podem interligar a utilização do conceito em esferas públicas e privadas.

A Carta de Ottawa considera questões como a paz, a educação, habitação, justiça social, renda, equidade e outros, como primordiais para que se consiga efetivar a saúde de forma absoluta. Com isso, podemos constatar a elevada importância da intervenção pública enquanto Estado e também privada, enquanto entidades cooperantes.

É sabido que a liderança da saúde se encontra distribuída pelos diferentes intervenientes, onde temos como principal a OMS que assume o papel de líder global no que concerne às questões de saúde. E é de elevada pertinência a existência de uma liderança eficaz, que seja capaz de desempenhar corretamente o seu papel.

Apesar do importante papel que a OMS desempenha, não se pode deixar de salientar algumas críticas lançadas no que diz respeito à sua capacidade de liderança na promoção da saúde ao nível internacional.

Para além da liderança ao nível global, é relevante que as estruturas menores e que representam subsistemas da própria OMS, bem como os governos dos países, estejam atentos à materialização dos seus próprios objetivos, tendo em conta a realidade e as necessidades de cada um dos povos.

“Investir na saúde é investir no desenvolvimento”, da mesma forma que investir no desenvolvimento é investir na saúde. É notória a necessidade de se investir mais na saúde, pois, esta compõe um dos parâmetros de desenvolvimento de uma nação. Assim, de modo a medir a sua eficiência e eficácia, os governos são convidados a estudar os seus investimentos na área da saúde, tendo em consideração que para que os mesmos sejam eficientes, é necessário englobar todos os aspetos sociais, económicos e culturais.

As empresas privadas também desempenham um papel cada vez mais importante para o alcance dos objetivos em saúde através da disponibilização de serviços e produtos de saúde. A sua eficácia poderá ser mensurada através do confronto dos objetivos corporativos e de saúde global, com aqueles que são os seus alcances.

É parte da *governance*, a aplicação de uma visão estratégica e, é cada vez mais acentuada a existência de uma relação entre alguns padrões de doenças que eram mais frequentes em países desenvolvidos e que se apresentam hoje em percentuais relativamente elevados nos países em via de desenvolvimento. Este aspeto pode significar mais uma “força” para a investimento da indústria farmacêutica nestes países.

Apesar da indústria investir muito na investigação e desenvolvimento de produtos, estes não são muitas vezes pensados para populações com características diferentes, e por se tratar de medicamentos, que são produtos com capacidade de modificação e alteração de padrões fisiológicos, torna-se um risco disponibilizar os mesmos para mercados nos quais não foram realizados estudos.

Este aspeto chama a atenção das indústrias para que possam investir mais no desenvolvimento da sua atividade nestes países de forma mais comprometida. Isto poderá ser justificado pela existência de alguns critérios favoráveis ao investimento nestes países. Exemplo destes fatores é a crescente taxa de força de trabalho nestas regiões, conforme demonstrado nesta figura:

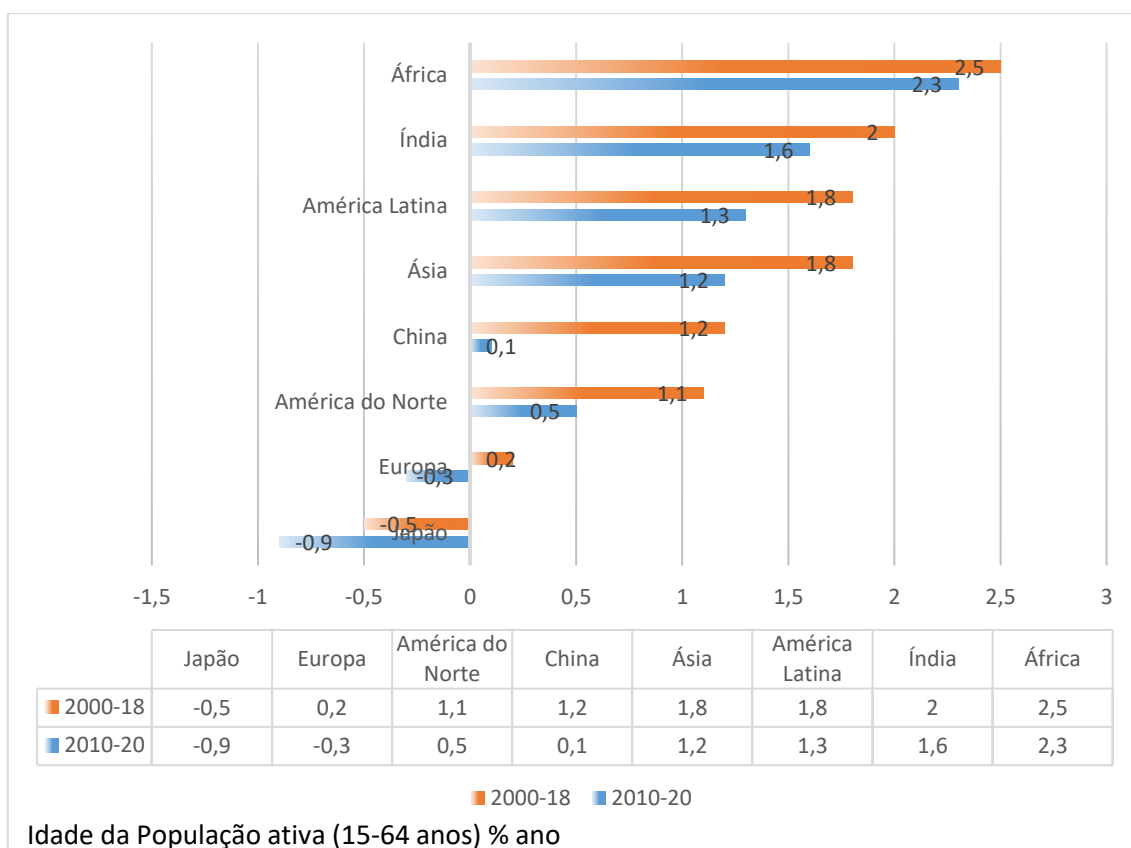


Figura 1 - Evolução da Força de Trabalho por Região

Fonte: adaptado de Carvalho (2018, p. 130)

Na entrevista conduzida ao *Grupos Azevedos*, foi possível constatar a importância da aplicação dos princípios de *governance* naquele que é o desenvolvimento de uma empresa e o seu consequente contributo para a sociedade na qual se encontra inserida. Desde os seus métodos de internacionalização e a utilização de estratégias de inserção no mercado, passando pelos métodos de eficácia e eficiência da sua atividade, até a responsabilidade social, é possível constatar a aplicabilidade da *governance* nesta empresa que muito contribuiu para o sector da saúde em Moçambique.

5 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, em que procuramos compreender o papel da *governance* na fileira farmacêutica nos mercados emergentes, observou-se que esta temática apresenta elevada complexidade por se tratar de conceitos com multiplicitades e com elevadas especificidades.

A indústria farmacêutica, como ramo da saúde, possui uma grande responsabilidade na disponibilização de insumos essenciais para a prestação de cuidados de saúde e mostra-se ser muito desenvolvida em alguns países, e por outro lado, ainda enfrenta enormes desafios para a sua expansão em mercados com frágeis índices de desenvolvimento.

A aposta pelo investimento neste setor pode apresentar vantagens associadas ao facto de se tratar de bens essenciais para a sobrevivência humana, pelo que, serão sempre necessários em qualquer que seja o mercado e a sua saída é praticamente “garantida”.

Por outro lado, as desvantagens que se apresentam estão relacionadas às políticas que regem esta atividade, por apresentarem algumas limitações ao nível empresarial. Uma destas limitações pode ser, por exemplo, a publicidade e divulgação dos produtos (que no caso dos medicamentos e

produtos de saúde, seguem um padrão completamente diferenciado do padrão usado em outro tipo de produto, estando muito mais restrito e sujeito a fiscalizações e controlo mais acentuado).

Procuramos estabelecer a relação entre a *governance* e a atuação da fileira farmacêutica nos mercados emergentes, destacando o seu importante papel e a forma pela qual a *governance* poderá ser uma chave importante para o estabelecimento de condições que suportem parcerias mais comprometidas com estas nações e melhorando, desta forma, o acesso aos medicamentos.

Constatou-se que parte da problemática em torno da falta de investimentos nestes mercados passa por características não apenas do produto, como também, do próprio mercado. Algumas características como o nível de rendimento, a pobreza, a corrupção e a falta de quadros especializados podem estar em volta do atraso do desenvolvimento deste e de outros setores.

Por se tratar de países em desenvolvimento, muitas vezes o mercado não possui poder de compra, bem como, os Estados não promovem contextos adequados. É certo que, em muitas situações, estes países dependem de ajudas externas que, por sua vez, também apresentam os seus pontos negativos para o desenvolvimento das nações.

Apesar da existência de muitos desafios, é possível observar a atuação de empresas globais e que têm contribuído para o desenvolvimento do mercado, como é o caso que foi aqui apresentado sobre a *Medis Farmacêutica*. Esta empresa, regendo as suas práticas aos princípios de uma boa *governance*, conseguiu estabelecer a sua ideia de negócio, tornando-se numa das facilitadoras para a redução da carência de medicamentos em Moçambique e colaborando em simultâneo para o desenvolvimento do próprio país.

Contudo, várias são as áreas que carecem de intervenção para que se consiga melhorar a situação da fileira farmacêutica em países em desenvolvimento. E estas intervenções englobam a melhoria da liderança global e dos seus objetivos, o aproveitamento dos recursos existentes de forma eficiente, o aumento da colaboração e coordenação entre diferentes atores envolvidos, a redução da negligência dos cuidados básicos de saúde por parte dos Estados e das populações, a melhoria da dinâmica dos financiamentos externos e a prestação de contas, monitorização, fiscalização e transparência.

Sem deixar de lado que qualquer uma destas intervenções e qualquer que seja a tentativa de criar um impacto positivo nestes mercados, é necessário que haja um envolvimento e comprometimento com os princípios de *governance*, não apenas pelas instituições privadas, como também pelas instituições públicas. Pois, no sector da saúde, o desenvolvimento das empresas depende diretamente do desenvolvimento do país.

5.1. Limitações do Estudo e Sugestões para Investigação Futura

A identificação de fatores críticos de sucesso na fileira farmacêutica é relevante para os diversos intervenientes que desejem criar valor social e económico para a sua sociedade.

Os estudos de caso podem apoiar futuras pesquisas que visem a elaboração de um modelo a partir das variáveis identificadas e a generalização dos conhecimentos obtidos.

A investigação da *corporate governance* é um elemento relevante para a Academia e a sua abordagem em países em desenvolvimento poderia passar por estudos quantitativos mais específicos e com comparações entre diferentes empresas.

Seria também interessante analisar a temática estabelecendo o foco nas diferenças existentes entre os países que constituem o grupo dos mercados emergentes.

6. Referências

- Accountants, I. F. of. (2013). *International Framework: Good Governance in the public sector*.
- Azevedos, G. (2020). *Grupo Azevedos - Internacional Medis*.
<https://www.grupoazevedos.com/atividade/internacional/medis>
- Badawi, D. A., Alkhamis, Y., Qaddoumi, M., & Behbehani, K. (2015). National transparency assessment of Kuwait's pharmaceutical sector. *Health Policy*, 119(9), 1275–1283.
<https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2015.07.001>
- Bank, T. W. (2022). Country Profile. *World Development Indicators Database*, 10–11.
- Carrapato, P., Correia, P., & Garcia, B. (2019). Governance in health: The implementation challenges. *Saude e Sociedade*, 28(3), 66–79. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019190060>
- Carvalho, R. M. (2018). *A Força das Coisas Diário de um futuro lusófono* (A. J. Massano (ed.); 2nd ed.).
- Collaboration, T. C. (2006). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions 4.2.6. September*. <https://training.cochrane.org/handbook/archive/v4.2.6>
- de Graaf, G., & van Asperen, H. (2018). The art of good governance: how images from the past provide inspiration for modern practice. *International Review of Administrative Sciences*, 84(2), 405–420. <https://doi.org/10.1177/0020852316630392>
- Decreto-Lei n.º176 de 30 de Agosto de 2006. (2006). Decreto-Lei n.º176 de 30 de Agosto de 2006 - Estatuto do Medicamento. *Diário Da República*, 1–250.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Stages for undertaking a systematic review. *Acta Medica Portuguesa*, 32(3), 227–235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Dutra, G. S., & Sturza, J. M. (2021). *TRANSPANDEMIA COVID-19: A VACINA COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE PÚBLICA E MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL À SAÚDE*.
- Esher, A., & Coutinho, T. (2017). Rational use of medicines, pharmaceuticalization and uses of methylphenidate. *Ciencia & Saude Coletiva*, 22(8), 2571–2580. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017228.08622017>
- Forster, T., Kentikelenis, A. E., Stubbs, T. H., & King, L. P. (2020). Globalization and health equity: The impact of structural adjustment programs on developing countries. *Social Science and Medicine*, 267(July), 112496. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112496>
- Jiang, F., & Kim, K. A. (2020). *Corporate Governance in China : A Survey **. 71432008, 733–772. <https://doi.org/10.1093/rof/rfaa012>
- Keping, Y. (2018). Governance and Good Governance : A New Framework for Political Analysis. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 11(1), 1–8.
<https://doi.org/10.1007/s40647-017-0197-4>
- Loayza, N. V., & Pennings, S. (2020). Macroeconomic Policy in the Time of COVID-19 : A Primer for Developing Countries. Research and Policy Briefs, no. 28;. World Bank, Washington, DC. *Macroeconomic Policy in the Time of COVID-19*, 28.
- Neill, J. O. '. (2001). *Building Better Global Economic BRICs. November 2001*.

- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *Journal of Clinical Epidemiology*, 134, 178–189. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.03.001>
- Sachy, M., Almeida, C., & Pepe, V. L. E. (2018). Pharmaceutical services in Mozambique: Foreign aid in public provision of medicines. *Ciência e Saude Coletiva*, 23(7), 2277–2290. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.09332018>
- Selcuk, A. A. (2019). A Guide for Systematic Reviews: PRISMA. *Turkish Archives of Otorhinolaryngology*, 57(1), 57–58. <https://doi.org/10.5152/tao.2019.4058>
- Tannoury, M., & Attieh, Z. (2017). The Influence of Emerging Markets on the Pharmaceutical Industry. *Current Therapeutic Research - Clinical and Experimental*, 86(January 2015), 19–22. <https://doi.org/10.1016/j.curtheres.2017.04.005>
- Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). *Governança pública : uma revisão conceitual*. 70(4), 519–550.
- Thompson, S. R., Watson, M. C., & Tilford, S. (2018). The Ottawa Charter 30 years on: still an important standard for health promotion. *International Journal of Health Promotion and Education*, 56(2), 73–84. <https://doi.org/10.1080/14635240.2017.1415765>
- UNESCO. (2020). UN System Task Team on the Post-2015 UN development agenda: governance and development. *High-Level Plenary Meeting of the General Assembly on the Millennium Development Goals, May, 12*. http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/ThinkPieces/7_governance.pdf
- Vym, P. (2015). *Governance : defining the concept Vysoká škola ekonomická v Praze Recenzované studie Working Papers Fakulty mezinárodních vztahů Governance : Defining the Concept Petr Vymětal. October*.
- Zaman, R., Jain, T., Samara, G., & Jamali, D. (2022). Corporate Governance Meets Corporate Social Responsibility: Mapping the Interface. *Business & Society*, 61(3), 690–752. <https://doi.org/10.1177/0007650320973415>